



ACÓRDÃO Nº1207/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11426/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** João Leonel de Britto Feitoza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3485/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.
Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação. Ciência.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. João Leonel de Britto Feitoza**, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. João Leonel de Britto Feitoza**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 10.3. **Recomendar** à atual gestão do **Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN** que adote as seguintes providências:
 - 10.3.1. Cumpra na íntegra a Resolução TCE/AM nº 04/2016, notadamente quanto ao envio da relação das licitações realizadas para atender à entidade;
 - 10.3.2. Publique todos os atos inclusive as portarias que designam os fiscais de contrato, em observância aos princípios da publicidade e da



ACÓRDÃO Nº1207/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legalidade (art. 37 da CF/88);

10.3.3. Mantenha as declarações de bens e valores atualizados nas pastas funcionais (art. 13 da Lei n. 8.429/92 e disposições da Lei nº. 8.730/93 c/c o art. 289 da Resolução TCE Nº 04/2002);

10.3.4. Realize de concurso público, em observância ao art. 37, inciso II, da CF/88;

10.3.5. Permaneça envidando esforços necessários à efetivação das cobranças em face dos contribuintes relativas às dívidas tributárias junto ao órgão;

10.4. Determinar à SECEX/DICAI que observe, por meio das próximas inspeções *in loco* ou via sistema e-Contas, se a Unidade Gestora em epígrafe está cumprindo as recomendações lançadas nos subitens acima;

10.5. Dar ciência acerca do *decisum* ao **Sr. João Leonel de Britto Feitoza**, nos termos do art. 161 e 162, § 1º, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;

10.6. Arquivar os autos nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.

11- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Novembro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral